



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____
Folha: ____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 1 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2016.**

Aos oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 17/2015 e Alteração às Grandes Opções do Plano n.º 16/2015. -----
2. Ratificação à Alteração Orçamental n.º 1/2016 e Alteração às Grandes Opções do Plano n.º 1/2016. -----
3. Fundo de Maneio para o Ano de 2016. -----
4. Atribuição de Apoios às Freguesias para o Ano de 2016. -----
5. Atribuição de Apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor para o Ano de 2016. -----
6. Proposta de Encargos – Despesas com Pessoal para 2016. -----
7. Proposta de Inclusão do Saldo Transitado do Ano de 2015 nos Fundos Disponíveis. -----
8. Proposta de Fixação para Estacionamento de Táxis em Penamacor. -----
9. Atribuição de Apoio ao Rancho Folclórico de Aranhas. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram quinze horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 16 de dezembro do ano de dois mil e quinze, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Vereador Pedro Folgado desejou um bom ano aos colegas do executivo. Prontificou-se a cooperar com o executivo para promover o desenvolvimento do concelho, à semelhança dos anos anteriores. -----

O Sr. Vereador Vítor Gabriel desejou um bom ano com muita saúde a todos os presentes. -----

A Sr.ª Vereadora Ilídia Cruchinho e o Sr. Vereador Manuel Robalo subscreveram os votos de bom ano. -----

O Sr. Presidente António Soares desejou um bom ano com votos de sucesso profissional, pessoal e com muita saúde. -----

Agradeceu a todos aqueles que se envolveram no evento Vila Madeiro, designadamente a organização, a “Malta” do Madeiro, instituições que se envolveram na organização e embelezamento da vila de Penamacor e a todos os que se associaram ao evento. -----

Considerou que o balanço do evento foi muito positivo, com uma afluência de visitantes acima da média. Este evento poderá constituir-se como um potencial para elevar o nome da vila de Penamacor. A este propósito, referiu estar disponível para receber sugestões dos senhores vereadores no sentido de melhorar o evento. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 17/2015 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 16/2015. -----

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 30 de dezembro de 2015, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

2 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 1/2016 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 1/2016. -----

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 7 de janeiro de 2016, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

3 – FUNDO DE MANEIO PARA O ANO DE 2016. -----

O Senhor Presidente apresentou a proposta de constituição do Fundo de Maneio para o Ano de 2015, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. Propôs, nos termos do Regulamento Municipal de Sistema de Controlo Interno, a constituição do seguinte fundo de maneio e respetivas despesas orçamentais autorizadas: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Responsável: Maria do Céu Gonçalves Clemente Lopes Crucho, no montante de €2.500,00 (Dois mil quinhentos euro). -----

Natureza das despesas autorizadas por rubrica de classificação económica: ----

02010202 – Gasóleo - €500,00; -----

020120 – Material de Educação, Cultura e Recreio – €250,00; -----

020121 – Outros Bens - €200,00; -----

020209 – Comunicações - €75,00; -----

020213 – Deslocações e Estadas - €750,00; -----

020225 – Outros Serviços - €500,00; -----

06020305 – Outras despesas correntes - €225,00; -----

Propôs, ainda, que dado o elevado montante do Fundo de Maneio atribuído à responsável Maria do Céu Gonçalves Clemente Lopes Crucho, fica esta autorizada a guardá-lo no cofre da Tesouraria da Câmara Municipal, em recetáculo independente e devidamente identificado no exterior com a descrição “Fundos de Maneio”. A reconstituição e reposição do fundo obedecerão ao disposto na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 10º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS PARA O ANO DE 2016.-----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que compete à Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberar sobre formas de apoio às freguesias, para promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, mediante proposta da Câmara Municipal, nos termos do artigo 33.º do mesmo diploma; -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Considerando o interesse e a importância para as freguesias na manutenção das formas de apoio traduzidas em transferências mensais (duodécimos), para fazer face a despesas correntes; -----

Considerando que a próxima Assembleia Municipal deverá ter lugar em fevereiro de 2016, mas que urge atribuir os apoios em causa, propõe-se que seja deliberado atribuir às freguesias os apoios que constam do mapa anexo, a transferir em duodécimos, no ano de 2016; -----

Tendo em conta que a competência pertence à Assembleia Municipal, deverá a deliberação que aprove a presente proposta ser submetida a ratificação do órgão deliberativo, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 137º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Para a União de Freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires, a título de transferências correntes €53.208,00. -----

Para a União de Freguesias de Pedrógão de São Pedro e Bemposta, a título de transferências correntes €32.844,00. -----

Para a Freguesia de Aranhas, a título de transferências correntes €16.308,00. -

Para a Freguesia de Meimão, a título de transferências correntes €15.816,00. --

Para a Freguesia de Meimóia, a título de transferências correntes €16.692,00. --

Para a Freguesia de Salvador, a título de transferências correntes €18.528,00. -

Para a Freguesia de Vale da Senhora da Póvoa, a título de transferências correntes €13.356,00. -----

Para a Freguesia de Benquerença, a título de transferências correntes €19.092,00". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

5 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PENAMACOR PARA O ANO DE 2016. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No âmbito da competência atribuída à Câmara Municipal pela alínea o), nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, propõe-se a atribuição de €150.000,00 para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor, a transferir por duodécimos no ano de 2016, a título de transferências correntes.” -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6 – PROPOSTA DE ENCARGOS – DESPESAS COM PESSOAL PARA 2016.

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“A Lei do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, prevê nas várias alíneas do nº 1 do artigo 31º quais os tipos de encargos relativos a trabalhadores que devem ser previstos em sede de orçamento municipal. Determina o nº 2 do mesmo artigo 31º que compete ao dirigente máximo do serviço decidir sobre o montante máximo de cada um dos tipos de encargos, devendo tal decisão ser tomada no prazo de 15 dias após início da execução do orçamento. Nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 27º do mesmo diploma, as competências inerentes à qualidade de empregador público, que na administração direta é o dirigente máximo do serviço, são exercidas na administração autárquica pelo presidente da câmara municipal. Em consequência, seria ao Presidente da Câmara que caberia exercer a competência prevista no nº 2 do artigo 31º da LTFP, descriminando as verbas a afetar a cada um dos tipos de encargos com trabalhadores previstos nas alíneas do nº 1 do mesmo artigo. Sucede que se mantém em vigor o Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, embora tenha sido revogado o diploma a cuja adaptação o mesmo procedeu (Lei 12-A/2008, de 27.2). Tal diploma, que sendo especial, prevalece, atribui à Câmara Municipal no nº 2 do seu artigo 5º,

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

a competência para a decisão quanto aos montantes a afetar aos encargos com pessoal. -----

Assim, propõe-se que a afetação a cada um dos tipos de encargos, dos seguintes montantes máximos para o ano de 2016, conforme previsto no Orçamento (classificação orgânica: 02, classificação económica: 01 – despesas com pessoal): -----

a) Encargos relativos a remunerações: € 2.045.555,00. -----

b) Encargos relativos aos postos de trabalho a recrutar previstos no mapa de pessoal: € 135.000,00. -----

Tendo em conta que na presente data, ainda não existe a Lei do Orçamento do Estado para 2016, desconhecendo-se, portanto, se existirão alterações que descongelem as progressões nas carreiras e consequentemente venham a alterar os encargos com alterações do posicionamento remuneratório, bem como dos encargos relativos a prémios de desempenho, não se afetam verbas aos encargos referidos nas alíneas c) e d) do nº 1 do artigo 31º da LTFP”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

7 – PROPOSTA DE INCLUSÃO DO SALDO TRANSITADO DO ANO DE 2015 NOS FUNDOS DISPONÍVEIS.-----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que: -----

1. Para cumprimento do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que regulamenta a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), ter-se-á que proceder: -----

a) Para os compromissos que se enquadrem no n.º 1 do referido artigo, ao registo dos compromissos pelo seu valor integral, independentemente do momento em que ocorre a execução física e financeira dos contratos nomeadamente para os celebrados com as empresas municipais e fundações;

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

b) Para os que se enquadrem no n.º 2 deste artigo, o registo dos compromissos deve ser efetuado pelo montante efetivamente a pagar no período de determinação dos fundos disponíveis (caso dos salários, comunicações, eletricidade, fornecimentos contínuos); -----

2. O cálculo dos fundos disponíveis é efetuado para períodos de três meses; ---

3. A receita a utilizar para o cálculo dos fundos disponíveis está condicionada a esse período de três meses; -----

4. A alínea a) do nº3 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, determina que “integram ainda os fundos disponíveis, os saldos transitados do ano anterior cuja utilização tenha sido autorizada nos termos da legislação em vigor”; -----

5. Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), é competência da Câmara; -----

6. O Município necessita, de dispor de fundos disponíveis para fazer face a despesas imprescindíveis constantes dos documentos previsionais aprovados para o corrente ano; -----

7. Nos termos da alínea i) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara aprovar os documentos de prestação de contas;

8. Que o mapa de fluxos de caixa integra os documentos de prestação de contas; -----

9. Que o saldo da gerência anterior só pode ser integrado com aprovação dos fluxos de caixa. -----

PROPÕE-SE: -----

1. Aprovação do MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2015; -----

2. Autorização nos termos e para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 4.º da LCPA, da integração nos fundos disponíveis, dos saldos transitados do ano anterior, nos termos da alínea a) do nº3 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho”.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

8 – PROPOSTA DE FIXAÇÃO PARA ESTACIONAMENTO DE TÁXIS EM PENAMACOR. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“O Regulamento Municipal do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi, prevê para todas as freguesias do concelho, o regime de estacionamento fixo nos locais constantes do respetivo mapa anexo.-----

No que diz respeito à freguesia de Penamacor, há interesse na fixação de um novo local para estacionamento de táxis, devido às obras de requalificação entretanto realizadas na vila.-----

Como tal, ao abrigo do regime de exceção previsto no nº 2, alínea a) do artº.8º. do Regulamento Municipal, propõe-se à Câmara Municipal que delibere fixar como estacionamento destinado a táxis na freguesia de Penamacor, o local sinalizado para o efeito, sito no Largo do Município, a divulgar por edital, nos termos do nº 3 do mesmo artigo”.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

9 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO RANCHO FOLCLÓRICO DE ARANHAS.-----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“É atribuição dos municípios zelar pelos interesses das respetivas populações, quer seja de forma direta quer através da atribuição de apoios a outras entidades. Os municípios têm ainda atribuições nos domínios do património e da cultura, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Revestem-se de interesse cultural para as populações do concelho e, designadamente, para a população da freguesia de Aranhas, as atividades e iniciativas promovidas pela Associação do Rancho Folclórico de Aranhas, destacando-se a realização do Festival das Tradições “Ainda Agora Aqui Cheguei”, evento que terá lugar nos dias 29, 30 e 31 de janeiro de 2016. -----

Assim, proponho que, ao abrigo da competência prevista da alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado atribuir à Associação do Rancho Folclórico de Aranhas, um apoio financeiro no valor de €5.000,00 para realização dos eventos. -----

Mais proponho que seja aprovada em minuta a presente deliberação, nos termos e para os efeitos dos nºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dezasseis horas e cinquenta minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares